

O IBGE E A ORGANIZAÇÃO DO ESPAÇO GEOGRÁFICO BRASILEIRO*

*Eli Alves Penha***

O termo "Organização do Espaço" foi introduzido no vocabulário dos geógrafos pela primeira vez por Pierre George e Equipe, por ocasião dos estudos realizados para o "Amenagement du Territoire" da França no decorrer dos anos 50. A utilização deste termo significou, sobretudo, uma conscientização a cerca da existência de espaços já estruturados, expressa pelo conjunto das inúmeras cristalizações ou formas espaciais, produzidas pelo trabalho social (rede de transportes, rede urbana, etc.).

Apesar de ser um processo inerente às sociedades, o termo era desconhecido pelos geógrafos que passaram a utilizá-lo em função da necessidade de um planejamento sistemático do território, onde a responsabilidade das operações essenciais passava do nível da utilização privada para o de governo.

Associado ao movimento urbano-industrial desde a sua origem, foi notável a contribuição do IBGE no tocante à organização do quadro territorial brasileiro com vistas ao planejamento governamental, instituído em 1938, como órgão deliberativo e executivo, subordinado diretamente à Presidência da República, a criação do IBGE refletiu dois aspectos principais: de um lado, a importância

que os levantamentos estatísticos e a pesquisa geográfica poderiam desempenhar na administração do imenso território brasileiro em processo de integração socioespacial; e de outro, a necessidade de atender às demandas por uma rigorosa sistematização de informações geográficas do território brasileiro, exigida para o desenvolvimento industrial.

Neste movimento, o aparecimento do grande capital industrial, localizado no atual Sudeste, foi acompanhado pelo surgimento de uma burguesia nacional que, dentro do processo de dissolução/redefinição das chamadas economias regionais, acomodou-se à nova estruturação do território. Neste processo, a centralização política, então posta em prática pelo governo do Estado Novo, coincidiu plenamente com a centralização espacial da estrutura econômico-industrial dominante.

Numa primeira etapa da reestruturação do quadro territorial ou na organização do espaço que poderia ser chamada de fase de conhecimento e instrumentalização técnica do espaço para a intervenção planejadora do Estado, citam-se:

1 - O estabelecimento do Sistema Estatístico e Geográfico, expresso pela difusão da rede destes Serviços no âmbito das ad-

*Recebido para publicação em 08 de janeiro de 1993.

**Geógrafo do Departamento de Geografia - DEGEO-, da Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE.

R. bras. Geogr., Rio de Janeiro, 55 (1/4): p. 147-155, jan./dez. 1993.

ministrações federal, estaduais e municipais. O objetivo era adotar-se procedimentos técnicos e científicos uniformes no tocante ao levantamento e sistematização de informações estatísticas e geográficas, para todas as circunscrições administrativas, a partir do princípio segundo o qual a descentralização executiva reforçava a unidade do sistema. Nas palavras do primeiro Presidente do Instituto, Embaixador José Carlos Macedo Soares:

"O IBGE é criado sob a forma de um sistema através de um racional engrenamento e de progressiva adaptação de órgãos técnicos administrativos já existentes, mas que até então eram impropriamente utilizados (...) Em todas as unidades federadas, e em todos os distritos de cada município, está lançada as atividades estatísticas, censitárias e geográficas." Essa atuação é unificada, tem um sentido nacional, mas através de diferenciações coerentes e que não quebram a unidade do sistema, ela atende a todos os interesses e a todas as necessidades de cada região, de cada zona, de cada localidade.

2 - O ordenamento do quadro municipal - tendo por objetivo promover a racionalização dos limites distritais e municipais regularizar a toponímia dos municípios, observar critérios quanto a questões como contigüidade territorial, extraterritorialidade, etc.; estabelecer medidas para restringir a criação de municípios enquanto vigorassem os chamados "quadros quinquenais".

3 - Classificação dos tipos de localidades brasileiras, com o objetivo de padronizar os lugares a partir de uma conceituação clara e uniforme - Definiu-se, na ocasião (1940), o termo localidade como todo lugar do Território Nacional, onde houvesse um aglomerado permanente de habitantes. As localidades ficaram por fim classificadas nos seguintes tipos: Capital Federal (sede do governo nacional); Capital (sede do governo estadual); Cidade (sede municipal); Povoado (aglomerado de residências com funções religiosas ou comercial); Propriedade Rural (de domínio privado); Núcleo (aglomerado de habitantes sob regime especial); e Lugarejo (lugar que não se enquadrasse em nenhum dos tipos acima referidos, mas que possuísse nome pelo qual fosse conhecido).

4 - Institucionalização da Divisão Regional, a partir dos estudos de Fábio Macedo Soares Guimarães e Equipe. Para a fixação da divisão regional, considerou-se critérios tais como o

agrupamento de elementos territoriais homogêneos (físicos em particular), a vantagem para a administração pública de se generalizar a maneira uniforme de se proceder quanto às pesquisas e trabalhos geográficos e estatísticos; e para atender às conveniências práticas de não se desmembrar qualquer unidade federada.

A divisão regional ficou por fim constituída sucessivamente em "Grandes Regiões" (Norte, Nordeste Leste, Centro-Oeste e Sul); "Regiões Fisiográficas" (em número de 31); "Sub-Regiões (66), "Zonas" (aproximadamente 160), obtidos em segunda aproximação pela consideração das características fisiômicas (naturais e humanas) dos municípios brasileiros.

Esta divisão regional se generalizou no País obedecendo às determinações do Presidente Vargas, a fim de atender à administração pública. Por outro lado, ela serviu como medida intermediária à proposta de redivisão territorial dos estados (a partir do princípio da equiparação na extensão de áreas dos mesmos) formulada e sugerida pela Secretaria Geral do IBGE. Mesmo assim, como assinala Davidovich (1985) esta divisão colocou em pauta determinados níveis de conflitos na medida em que apresentou uma perspectiva espacial que, passando por cima dos limites estaduais, mobilizou interesses opostos entre unidades da federação e o poder central no tocante a uma concepção de domínio do território.

Por outro lado Faissol (1988) lembra que a divisão regional, instituída para fins de divulgação de dados estatísticos, já trazia embutida a idéia de planejamento, na qual, dentro do modelo de desenvolvimento econômico centralizado e adotado, tratou as novas regiões como subespaços do conjunto nacional. Neste sentido, a definição de uma hierarquia regional constituída por uma "área core" (o Centro-sul), uma "questão regional" (o Nordeste) e por regiões de "fronteiras" (o Centro-Oeste e a Amazônia), atribuiu ao Estado novos desafios na qual as demandas pelas ações governamentais cresciam na mesma proporção do desenvolvimento econômico-social diferenciado.

As intervenções são assim regionalizadas, porém conhecidas numa escala nacional, cujas operações eram por vezes reflexos do espaço americano e mundial (fluxos econômicos e ideológicos). Note-se também que, desde a sua institucionali-

zação, os estudos ligados à temática político-territorial passam a ser realizados tendo por base esta nova divisão do território brasileiro, principalmente a partir dos ensaios de Golbery do Couto e Silva na década de 50.

A partir da década de 50, com o "Plano de Metas" e o recurso ao planejamento centralizado adotado, principalmente na gestão dos governos militares pós-64, acentuaram-se as transformações na estrutura-territorial do Brasil. O novo modelo de desenvolvimento econômico adotado priorizou a industrialização planejada por setores; forte participação do Estado; e importante participação do capital estrangeiro em setores que lhe foram abertos. A preocupação principal era integrar o Território Nacional, via planos de desenvolvimento, com ênfase em estratégias espaciais.

Neste processo, menciona-se a expansão das políticas públicas e a execução de projetos arrojados tais como: a construção de Brasília, a abertura de novas regiões para exploração, a construção de grandes eixos rodoviários para exploração e de organismos de planejamento regional (SUDAM, SUDENE, SUDECO, SUDESUL e SERGE), entre outros exemplos.

Ao longo de todo este processo, o IBGE sempre esteve presente, tanto no sentido de informar o sistema de planejamento, como participar diretamente de alguns dos empreendimentos governamentais.

O acervo originado das práticas do IBGE, a partir da década de 50 no sistema de planejamento governamental, visando a políticas de organização do espaço, foi assim relacionado por Davidovich (1985):

I - Como participação explícita, os estudos para a implantação da nova capital federal. Os realizados em colaboração com diferentes entidades governamentais, como a Comissão Vale do São Francisco, para a construção da Hidrelétrica de Paulo Afonso; com a SUDENE para a elaboração dos Planos Diretores e para os projetos de Centros Dinamizadores e Regiões-Programas; com o IPEA para o Programa das Cidades de Porte Médio. Citam-se também os estudos sobre o aproveitamento do Cerrado em convênio com o EMBRAPA; e os trabalhos efetuados por solicitação da antiga CNPU que resultaram na definição de Regiões Metropolitanas e na Aglomeração Urbana no Brasil.

Dos trabalhos vinculados a uma perspectiva geoambiental citam-se os estudos sobre a exploração e aproveitamento do gás natural no Brasil; os estudos sobre Saneamento Básico e Problemas Ambientais para as nove regiões metropolitanas existentes no País; os estudos sobre as atividades mineradoras na Amazônia; o Diagnóstico Ambiental da Amazônia Legal; o Projeto de Proteção ao Meio Ambiente e das Comunidades Indígenas (PMACII e II) em convênio com o BIRD; o Projeto de Zoneamento Ecológico Econômico; entre outros exemplos.

II - Como participação implícita no planejamento, menciona-se a definição de divisões regionais em diferentes níveis com o objetivo de caracterizar formas de organização do espaço concebidas como manifestações concretas de fenômenos econômicos e sociais. Além destes exemplos, cabe mencionar os estudos que levaram à definição de áreas de influência das cidades brasileiras - a Rede Urbana. Com base na teoria dos lugares centrais, elaboraram-se questionários específicos de posicionamento hierarquizados de centros urbanos do País. Trabalho este, aliás, fundamental para avaliar-se a dinâmica espacial do mercado interno brasileiro.

Recentemente, tem-se formado um consenso geral entre os técnicos da Instituição de que a posição do IBGE tem sido negativamente afetada no desenvolvimento dos trabalhos analíticos da espacialidade brasileira, no seu conjunto. O agravamento da crise econômica, concede prioridade crescente a problemas de balanço de pagamentos e da dívida externa, conduzindo a um esvaziamento da ciência social, em geral, e da perspectiva espacial, em particular, juntamente com o do Planejamento no País.

No tocante a este último, de fato, as transformações mais recentes na estrutura territorial vêm mostrando fortes tendências de esvaziamento do planejamento, do regional em particular, expresso pela extinção de órgãos como a SERGE, SUDESUL e SUDECO. Paralelamente a isto, observa-se o surgimento de novos estados e municípios, em sua maioria insolventes economicamente e sem condições de vida autárquica.

Por outro lado, enquanto os estados mais ricos operam independentemente suas políticas territoriais, os estados mais pobres continuam a depender de verbas federais para este objetivo, ainda arraigados no vício do repasse de verbas, via regiões-programas.

Os geógrafos e demais técnicos do IBGE, acostumados a tratar as questões territoriais dentro de uma perspectiva nacional, se vêem atualmente, na contingência de ter que detectar e, simultaneamente, absorver estas transformações nas quais a própria organização federativa da Instituição é colocada em causa. O fechamento de inúmeras agências, as propostas de "caracterização" de algumas das pesquisas do IBGE, e o conteúdo inicial do projeto de reforma fiscal, expressam significativamente o risco de esfacelamento da organização federativa da Instituição.

Diante de tal quadro, poderíamos então indagar se tais fatos não estariam assinalando o esgotamento do modelo centralizado de gestão do território.

A afirmação da democracia no País, com eleições livres para Presidente da República e a perspectiva neoliberal manifestada no projeto de modernização da sociedade, traz novamente à cena a velha discussão em torno do melhor modelo de gestão do imenso território brasileiro centralizado ou descentralizado.

Entretanto, a compreensão da realidade brasileira, hoje, não pode se resumir em função do estabelecimento de equações unilaterais, como a apontada acima. Pelo contrário, o espectro do problema é bem mais amplo e merece alguns comentários breves, a partir de três ordens de fatores.

I - O primeiro tem a ver com a conjuntura mundial atual, caracterizada pelos espaços de fluxos financeiros, culturais, econômicos, e de comunicação. Estes fluxos tendem a superar os espaços dos lugares, as fronteiras e os estados, conduzindo a uma era de globalidade. Esta globalização, por sua vez, é fruto não só da velocidade acelerada dos padrões científicos tecnológicos como, igualmente, de seus componentes ideológicos (o livre mercado).

Segundo Santos (1992) com a globalização, a exigência de fluidez, em todos os sentidos, cria no mundo espaços de racionalidade onde o mercado torna-se tirânico e o Estado tende à importância, em suas palavras,

"Quando a dimensão do mundo é o mercado, o embate ancestral entre a necessidade e a liberdade dá-se pela luta entre uma organização coercitiva e o exercício da espontaneidade. O resultado são fragmentações, como ocorre na antiga Iugoslávia".

Para Becker (1998), a globalização gera fragmentações sob as condições de menor autonomia dos Estados. Estas ocorrem vinculadas a um espaço transacional, tornam-se do ponto de vista econômico, relativamente autônomas.

Para se adaptar a esta globalização da estrutura produtiva, com base no vetor científico-tecnológico, o Estado se reestrutura e determina a reestruturação interna da economia.

A modernização da sociedade e do Estado, sob esta ótica, incorporou-se de fato à agenda nacional e hoje é uma meta reconhecida por todos como legítima.

Entretanto, a forma como vem sendo conduzida é questionável, pois o que se observa é uma desestruturação dos sistemas de controle sem uma reposição no mesmo nível.

Neste sentido as funções propriamente federais são abandonadas, gerando uma crise de hegemonia e uma fragmentação extrema.

II - Nesta perspectiva, o movimento da globalização/fragmentação pode ser abordado no Brasil em conexão com a segunda ordem de problema, citada anteriormente. Esta tem a ver com o significado que se atribui presentemente ao termo "Nacional", já que o processo de retração do Estado tem fortes rebatimentos sobre o território, implicando portanto, num comprometimento da Unidade Nacional.

Como já foi mencionado, o Estado foi o principal responsável pelo processo de "costura" da Unidade Nacional, através da criação de inúmeros mecanismos de controle, atuantes nas relações poder central e unidades político-administrativas. A política de integração nacional, postulada a partir de 37, em decorrência do desenvolvimento econômico e industrial visou, sobretudo, a ampliar as ações governamentais por todo o território brasileiro, fazendo coincidir os espaços políticos e econômicos em toda a sua periferia.

Se foi verdade que se atingiu uma integração política e econômica do País, o mesmo não se pode dizer de uma real integração social, medida pelos complexos nexos, estabelecidos entre governo, sociedade e espaço, nas quais a consolidação do mercado interno e o desenvolvimento regional articulado a um sistema de planejamento nacional

bem coeso, seriam seus dois principais desdobramentos.

As intervenções planejadas do Estado, por sua vez, ao invés de promoverem o desenvolvimento regional bem articulado, pelo contrário, aprofundaram as desigualdades regionais, em função das políticas apoiadas em modelos economicistas nos quais se priorizam: a maximização dos lucros; a hegemonia do interesse privado sobre o público, a não inclusão de custos e benefícios sociais nas contabilidades e avaliações de projetos e programas; a planificação e gestão fragmentária e setorial dos recursos naturais sem ter em conta suas interações com todos os níveis do sistema nacional (ecológico, social e econômico).

Além destes aspectos, soma-se o fato recorrente de pulverização da intervenção planejada do Estado, expresso pela excessiva setorização destas atividades, resultando em planos específicos para cada setor: saúde, finanças, transportes, educação, etc., igualmente desconectados do sistema de planejamento nacional.

Como resultado verifica-se hoje: de um lado, o esfacelamento das estruturas de planejamento em função de seus maus resultados; e de outro uma alegada falência do Estado Nacional que, por isso, envolve-se numa operação "desmonte" empreendida, principalmente, pelo governo eleito. Estes fatores conjugado conduzem o País para um processo de fragmentação interna, sem precedentes na história do Brasil. Como evidências deste processo, menciona-se:

- o surgimento de novos estados e municípios insolventes economicamente e sem condições de vida autárquica segundo dados do Departamento de Estruturas Territoriais - DETRE-DGC-IBGE -, entre 1991/92 foram criados 483 novos municípios (nº proporcionalmente muito grande se formos comparar o período de 1977-1990 onde se criaram 548 municípios).

- retorno dos movimentos regionalistas. De acordo com notícias veiculadas pela imprensa, o governador Alceu Collares recebeu um manifesto contendo um milhão de assinaturas, pedindo a separação do Rio Grande do Sul do Brasil. Alegam os separatistas que não querem continuar financiando os estados mais pobres: Ao invés de lutar por um "país

grande", querem agora lutar por "um grande-país" (no caso, a República dos PAMPAS).

Atento a este processo de fragmentação, o Deputado José Carlos Sabóia, Líder do PSB na Câmara, observa ainda outras evidências.

- para ele o Mercosul vai aproximar o Sul do País aos Países do prata e afastá-lo do Norte e Nordeste. De fato, a recente formação da Companhia de Desenvolvimento do Sul - CODESUL, composta pelos Estados do RS, PR, SC, e MS, veio como objetivo de não permitir que os quatro estados se transformem em meros corredores de mercadorias entre São Paulo e Buenos Aires. O CODESUL tem como agente financiador o Banco Regional de Desenvolvimento da Integração - BRDI.

O Centro-Oeste, segundo o Deputado, também em breve, poderá estar mais próximo da Comunidade Econômica Européia, com o porto de águas profundas de Santarém, do que do resto do Brasil.

O fim da equalização dos preços do aço e do combustível vai recair sobre as regiões mais atrasadas que poderão pagar mais caro pelo seu desenvolvimento; e

- a construção e pavimentação da BR-364 pode contribuir para atrelar o Centro-Oeste e a Amazônia no mercado do pacífico, mais do que com o Brasil.

Associado a estes problemas de natureza socioespacial, menciona-se também as dificuldades estruturais de inserção do Brasil na chamada "nova ordem mundial", como País de ponta: inflação alta; mão-de-obra desqualificada; baixo nível educacional; indicadores sociais alarmantes; falta de competitividade da indústria nacional em função da defasagem tecnológica de alguns setores (têxtil e indústria automobilística, por exemplo).

Por outro lado, o volume da dívida externa vem conduzindo o Brasil para uma crescente subordinação às normas financeiras internacionais, agravado pelo mal desempenho da economia brasileira e pelos graves problemas ambientais gerados na fase desenvolvimentista do País. Neste sentido, os banqueiros internacionais vêm exigindo, como compensação de empréstimos financeiros, a privatização das estatais; a retração do consumo para frear a alta inflacionária, e prioridade de investimento em certos setores da economia como a agricultura e recursos naturais.

Em face desta conjuntura, dispomos na atualidade de um quadro administrativo esfacelado composto por um Estado fraco e ineficiente, incapaz de controlar as profundas clivagens sociais e espaciais que ele próprio gerou, no afã de modernizar o País. Diante deste estágio agônico do Estado Nacional coloca-se de imediato uma questão: que vai controlar os encargos sociais (saúde, transporte e educação) até então nas mãos do Estado?

III - O terceiro fator, em correspondência com os dois primeiros, tem a ver com a substituição do termo "planejamento", por outros de natureza diversa como os de ordenamento e zoneamento.

O ordenamento do Território é um tema bastante presente hoje, aparecendo como resultado das recentes transformações experimentadas pelas estruturas econômicas e sociais mundiais. Dentro deste contexto, o tema surge como tentativa de substituir a noção centralizadora de desenvolvimento nacional a fim de se atingir os seguintes objetivos: sugerir planos de ordenamento do território a ser executado pelos órgãos da administração federal, estadual e municipal; e instrumentizar os governos estaduais e municipais na formulação de planos de ação do ordenamento do território.

O zoneamento, por sua vez, constituiu-se na primeira etapa do processo de ordenamento do território, destinado a diagnosticar uma estratégia de ordenação global, indicando suas regras. Segundo Elieser Batista ex-secretário da Secretaria de Assuntos Estratégicos - SAE -, o objetivo máximo do zoneamento será o de servir de suporte para a execução do novo sistema logístico brasileiro apoiado em obras como a ampliação e privatização dos portos, ferrovias e construção da rodovia São Paulo-Buenos Aires (Argentina) de forma a viabilizar a colocação, no mercado externo, da produção agropecuária nacional.

Para Elieser Batista, as falhas principais dos planos de organização do território anteriores foram: em primeiro lugar o desconhecimento da importância da economia física (composta pelo conjunto dos três elementos - energia, telemática e logística) e em segundo, o fato de minimizarem a importância da adoção dos princípios do desenvolvimento sustentável (componentes social e ambiental embutidos).

A fim de operacionalizar a ordenação do território, dividiu-se o Brasil em 8 macrorregiões, determinadas pelos três elementos básicos: a logística, que é o conjunto das hidrovias, ferrovias, rodovias, rede de silos, armazéns, pátios intermodais, portos, transportes marítimos e sistemas aduaneiros, em cima destas divisões, lançam-se os problemas de energia telemática. Da análise quantitativa de tudo isso, destacam-se os problemas e vão surgindo as soluções. Ex.: a região de Carajás tem manganês; a logística da região é ótima, porém o custo da energia é muito alto. A solução encontrada é o de fazer o beneficiamento na França, que tem energia mais barata que no Brasil. Segundo ele, o Brasil só pode ficar onde é realmente competitivo, sendo que os estados e a iniciativa privada são convocados para executarem estas operações.

Nesta perspectiva, a ordenação é também entendida como racionalização técnica do espaço. Sendo um processo de acumulação inerente ao Estado Nacional (a telemática, por exemplo), trata-se portanto de transferir para a iniciativa privada algumas das suas atribuições estratégicas.

De modo geral, esta perspectiva do Governo Federal em transferir os encargos estratégicos e sociais estão bem presentes hoje no Brasil. A palavra de ordem passa a ser "estadualização" substituindo o termo "regionalização", até então confundido com o planejamento centralizado. Alguns técnicos do Governo chegam a afirmar que estas transformações implicam na configuração de um novo federalismo, no qual os estados e municípios dispõem de maior autonomia, diminuindo gradativamente a intervenção do Governo Federal sobre estas jurisdições.

Para exemplificar a confirmação desta tendência, pode ser citada as propostas de "terceirização" na concessão de serviços públicos (educação, saúde e transportes), até então controlados pelo Estado. O processo consiste em transferir, para a iniciativa privada, a concessão, destes serviços, como forma "criativa" de solucionar a questão das dívidas sociais deixadas pelos poderes públicos competentes.

Estas práticas, aliás, foram largamente utilizadas nos EUA durante a fase do "New Wave Federalism" (Nova Onda Federalista) compreendida pela política neoliberal do

Presidente Ronald Reagan, no decorrer da década de 80.

Segundo Elliot Vittes, um analista do federalismo americano, estas práticas surgiram como conseqüência dos cortes radicais nos programas sociais promovidos pelo governo Reagan. O resultado desses cortes foi a imediata transferência de parcelas do serviço público para o setor privado, em setores essenciais como segurança pública, corpo de bombeiros, etc.

Para um outro analista do "New Wave Federal", Rosen, os problemas dos 15% mais pobres da população dos EUA, carentes de educação, habitação e assistência médica, não podem ser solucionados no nível dos governos locais e da iniciativa privada; para ele, estes são problemas essencialmente nacionais e por isso exigem a criação de mecanismos novos para enfrentá-los. Dentre estes mecanismos, sugere a formação de parcerias que incluam os governos federal, estadual e local, organizações comunitárias e, em certos casos, setores privados. Com isso, propõe a retomada dos investimentos sociais em nível nacional.

Como pôde ser observado, algumas das soluções apresentadas para resolverem os impasses estruturais da sociedade brasileira já foram experimentadas por outros países, cujos resultados nem sempre são exemplares. Cita-se, neste caso, o repúdio da população americana à "Era Reagan", com a eleição dos democratas para a presidência dos EUA.

Por outro lado, a onda neoliberal que se difunde pelo mundo na atualidade procura "satanizar" o Estado enquanto agente social, propaganda esta que encontra enorme ressonância junto a certos setores da elite brasileira, preocupados obstinadamente em atrelar o Brasil ao nível dos países do primeiro mundo, pelo menos no que diz respeito aos padrões de consumo.

Contudo, num quadro internacional caracterizado pela contração do espaço capitalista mundial, no qual as economias dos países desenvolvidos tendem gradativamente a adotar políticas protecionistas, esta inserção do Brasil no mercado mundial fica cada vez mais comprometida.

Diante deste quadro torna-se imperioso repensar outras formas de inserção do Brasil no cenário internacional, sem negligenciar seu

vasto patrimônio de ordem populacional e territorial. Embora alguns analistas da corrente neoliberal tentem demonstrar o contrário, o certo é que estes fatores têm ainda grande significado na geopolítica mundial. Evocam o exemplo dos Tigres Asiáticos para demonstrar o contrário, porém trata-se de países muito pequenos, às vezes nações-cidades como Singapura e Hong Kong. Estas cresceram intensamente alimentadas por investimentos externos, atraídos não se sabe bem se pela prática de um radical liberalismo ou se por políticas governamentais de concessões atraentes ao capital externo. Entretanto, se uma Coreia ou Singapura de PIB elevado nada altera na balança múltipla do poder mundial, um Brasil rico com 150 milhões de habitantes e extensão territorial de 8,5 milhões de km² deslocaria bastante os eixos de equilíbrios do poder mundial.

No plano interno, por sua vez, é imperioso refletir acerca da possibilidade de retomar o desenvolvimento econômico em novos patamares, nunca como um fim em si mesmo, mas como meio de resolver as contradições sociais do País. Paralelamente a isto citam-se também a necessidade de discutir-se criteriosamente a reforma do Estado com a elevação de suas receitas, a importância de um novo "arranjo federativo", levando em conta os preceitos de descentralização política e de recursos orçamentários contidos na Constituição, e o retorno das práticas do planejamento a médio e longo prazo em consonância com a definição de um projeto nacional bem articulado, que contemple todos os setores de sociedade.

A situação do IBGE no meu entender, insere-se dentro destas dificuldades estruturais da realidade brasileira na medida em que a crise vivida pela Instituição é uma crise de toda a sociedade e Estados Brasileiros.

Nesta perspectiva, para a solução desta crise, torna-se necessário aprofundar a discussão acerca dos seguintes elementos:

1 - Redefinição dos novos papéis do Estado em face das transformações atuais - o "arranjo federativo", neste aspecto, teria um papel fundamental na continuidade do funcionamento do sistema estatístico-geográfico base sobre o qual funciona as atividades do IBGE;

2 - A retomada ao planejamento governamental como prática prospectiva da realidade brasileira; e

3 - Rediscutir acerca da importância das pesquisas do IBGE para a sociedade e Estados Brasileiros.

A apresentação de soluções como a venda de serviços ao setor privado e a "terceirização" de algumas de suas pesquisas têm que ser melhor avaliadas, pois, em princípio, todas as pesquisas do IBGE são prioritárias. Isto porque são resultadas de demandas da so-

cidade a quem o órgão deve atender com presteza e agilidade.

Neste sentido, para bem ajustar as pesquisas às atuais demandas de sociedade, é preciso, contudo, iniciar uma ampla discussão interna e articulada com representantes dos governos que vão indicar suas necessidades e determinar prioridades no tocante às informações sobre a realidade socioespacial do Brasil.

BIBLIOGRAFIA

- BECKER, Bertha K. A Geografia e o resgate da geografia. *Revista Brasileira de Geografia*. Rio de Janeiro, v. 50, t. 2, p. 99-125, 1988. Número especial.
- BRAGA, Saturnino. *A eleição municipal e a crise brasileira*. Rio de Janeiro: [s.n], 1992. 25 p. Mimeogr.
- CAMARGO, Aspasia. Os sete pecados capitais. *Folha de São Paulo*, 10 ago. 1992. p. 3.
- CORRÊA, Roberto Lobato. *Região e organização espacial*. São Paulo: Ática, 1986. p. 52 e segs. (Série princípios).
- DAVIDOVICH, Fanny. *Um informe sobre a posição da geografia no IBGE*. Rio de Janeiro: [IBGE], 1985. 8 f. Mimeo. (Documento para discussão interna).
- FAISSOL, Speridião. Planejamento e geografia: exemplos da experiência brasileira. *Revista Brasileira de Geografia*. Rio de Janeiro, v. 50, t. 2, p. 85-98, 1988. Número especial.
- GEORGE, Pierre. *Conferências no Brasil*. Rio de Janeiro: IBGE, 1975. p. 37. Segunda tiragem.
- MACEDO SOARES, José Carlos de. Diretrizes fundamentais da estrutura e atuação do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. *Revista Brasileira de Estatística*. Rio de Janeiro, v.1, n, 2, p. 195-198, abr./jun. 1940.
- PENHA, Eli Alves. *A criação do IBGE, no contexto de centralização política do Estado Novo*. Rio de Janeiro, 1992. Dissertação (Mestrado) - Universidade Federal do Rio de Janeiro, 1998. 412 p. Mimeo.
- ROSEN, David P. Reinvesting in American Communities. *The Journal of State Government*. Washington, D. C., 1986. In: COSTA, Wanderley Messias de. *Geografia política e geopolítica: discursos sobre o território e o poder*. São Paulo: Universidade de São Paulo. Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, 1991.
- SABÓIA, José Carlos. O Separatismo. *Jornal do Brasil*. Rio de Janeiro, 1991. coluna Catelo Branco, p. 2.
- SANTOS, Milton. Os novos mapas do mundo. *Folha de São Paulo*, 13 set. 1992. Caderno 6, p.18.
- VITTES, Elliot, New wave federalism and the dileme for state Government. Alert, Washington, D. C.: The Council of State Government, 1986. In: COSTA, Wanderley Messias de. *Geografia política e geopolítica: discursos sobre o território e o poder*. São Paulo: Universidade de São Paulo, Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, 1991, p. 452.

RESUMO

Criado num contexto de acentuada centralização política, o IBGE teve, desde a sua origem, papel de destaque no sistema de planejamento governamental em dois sentidos: enquanto órgão destinado a promover a regularização e racionalização do quadro territorial brasileiro; e no sentido de contribuir para o estabelecimento de políticas de organização do território, dentro de uma perspectiva de integração nacional.

No período correspondente à última década, contudo, o desmantelamento das estruturas de planejamento e o abandono das funções ditas "federais" vêm ocasionando reflexos negativos no conjunto das atividades do IBGE. Esta crise, de largo espectro, torna imperioso repensar-se não só o destino da Instituição, mas associado a ela, as formas de gestão do território brasileiro, dentro das recentes transformações de natureza socioespaciais ocorridas no Brasil.

ABSTRACT

The IBGE has been Founded within a context of strong political centralization in Brazil. Since then, it has been playing a relevant role in the Governmental planning system, both in the sense of promoting the regulation and rationalization of the existing structure of the Brazilian territory and in terms of contributing to the elaboration of spatial organization policies designed to provide for national integration.

During the last decade, however, planning structures have collapsed and state (also called federal) functions have been abandoned, thus affecting negatively the activities developed by the IBGE.

This large-scale crisis demands not only the future of the institution but also the patterns of management of the Brazilian territory to be reconsidered according to recent socio-spatial changes occurred in Brazil.